



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26/04/2023, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2022, nos termos do item 2, do Anexo C, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1- Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia informa que foram publicados, em 24/02/2023, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes S.S., e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2022, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2- Destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2022 um prejuízo líquido de R\$ 93.388.045,51 (noventa e três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), tendo sido adicionado ao prejuízo do exercício o valor positivo de R\$3.852.692,58 (três milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-empregos (ganho/perda atuarial), perfazendo o saldo negativo de prejuízo do exercício o montante de R\$88.506.352,93 (oitenta e oito milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos).

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas que o prejuízo ajustado equivalente a R\$88.506.352,93 (oitenta e oito milhões, quinhentos e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos) seja absorvido pelo saldo de reserva de reforço de capital de giro.

3- Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024:

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024 será de até R\$ 16.263.254,51 (dezesseis milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022.

4- Instalação do Conselho Fiscal; eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.



Considerando que o acionista controlador detém 99,80% do capital social, caberá exclusivamente a ele, na forma do §2º, do artigo 161, da Lei nº 6.404/76, votar acerca da instalação do Conselho Fiscal. A administração da Companhia propõe a não instalação do Conselho Fiscal.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal, caso venha a ser instalado, não será inferior ao equivalente a 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

- 1- Alteração da redação do caput e do parágrafo primeiro do artigo 5º do estatuto social da Companhia para fazer constar a integralização integral do capital social e aumentar o limite do capital autorizado.**

A administração propõe a aprovação da alteração do caput e do parágrafo primeiro do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a fazer constar integralização total do capital social e aumentar o limite do capital autorizado em R\$ 5.300.000.000,00 (cinco bilhões e trezentos milhões de reais), passando dos atuais R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais) para R\$ 9.500.000.000,00 (nove bilhões e quinhentos milhões de reais).



Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 10º da Resolução CVM nº 81/2022 – Relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 2 do Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último ano, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com sua situação econômico-financeira e com a expectativa do mercado.

A Companhia encerrou 2022 com uma alavancagem financeira bruta, incluindo mútuos com o controlador Enel Brasil (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,51, com o Índice Dívida Bruta / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,23 e com o Índice Dívida Líquida / EBITDA ajustado (EBITDA ajustado acumulado nos últimos 12 meses) em 3,12.

Com o nível atual de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações. A Companhia pode contar com o apoio de sua controladora para assegurar esta condição.

Esta posição se reflete em seu nível de *rating*. Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e junto aos seus controladores diretos e indiretos para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bruta / EBITDA ajustado (1)	3,23
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (1)	3,12
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,51
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,50
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2022
Liquidez Geral (Ativo Circulante + ativo não circulante) / (Passivo circulante + Passivo não circulante)	1,45
Liquidez Corrente (Ativo circulante / Passivo Circulante)	0,71
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários / Passivo Circulante)	0,04



(1) EBITDA ajustado: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Fin. Derivativos, presente no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2022
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	5.234.890
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	5.297.945
TOTAL (R\$ mil)	10.532.835
Capital Próprio (%)	49,70%
Capital de Terceiros (%)	50,30%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 2022, 49,70% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 50,30% oriundos de capital de terceiros (inclui os empréstimos junto ao controlador).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2022, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. A Companhia pode contar ainda com o apoio de sua controlada para assegurar esta condição. No último exercício social, se verifica o cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos, conforme apresentados abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	0,13
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,03

* Dívida Bancária Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados), subtraindo-se o caixa e equivalente de caixa e os títulos e valores mobiliários

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, assim como o suporte do grupo controlador, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.



Ao final do exercício de 2022, o indicador financeiro Dívida Bancária Líquida sobre EBITDA fechou em 0,13, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,50). Adicionalmente, a Companhia fechou 2022 com alavancagem financeira (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida somada ao Patrimônio Líquido), em 0,03. Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento satisfatório, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações no futuro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social (2022), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; e (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; (iii) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão); e (iv) empréstimos *intercompany* realizados com sua controladora e com outras companhias sob o mesmo controle acionário.

O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos e capital de giro.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura de parte das necessidades de recursos financeiros. Para complementar a geração de caixa operacional, a Companhia busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de capital de giro, realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

No exercício de 2022, foram captados junto a controladores diretos e indiretos o montante de R\$ 1.342.833 mil para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinanciar dívidas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2022, estas linhas de *back-up* financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos N^{os} 2.979/2018, 1.923/2020, 902/2021 e 3.754/2021, que totalizam R\$ 5.800.000 mil.

A Companhia também possui limite de mútuo com outras companhias sob o mesmo controle acionário, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N^o 647/2021, no valor de até R\$ 500.000 mil.

Da dívida *intercompany*, o montante de R\$ 1.408.614 mil, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil, com exigibilidade flexível e mais ajustável para preservar a capacidade de pagamento da Companhia.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar empréstimos junto à sua controladora, financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, como por exemplo, BNDES, emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:



i. *Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

Empréstimos (f)	Exercício findo em 31/12/2022
Scotiabank 4131 III	193.661
Scotiabank 4131 IV	116.089
Total de Empréstimos	309.750
Financiamentos	Exercício findo em 31/12/2022
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (a)	3.445
Total de Financiamentos	3.445
Partes Relacionas	
Enel Brasil	1.408.614
CDSA	-
Enel Finance International N.V.	3.450.376
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	4.858.990
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.172.185
Instrumentos Financeiros Derivativos	322.885
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.495.070
Circulante	2.379.039
Não Circulante	3.116.031

Características das operações contratadas:

- a) Repasse BNDES FINAME (Capex 2012/2013) – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2013, no montante total de R\$ 73.625.065,32, em operação sindicalizada para repasse de recursos da linha de crédito FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- b) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia:
- Contrato com Scotiabank III 4131 – Empréstimo contratado em 01 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 36.900.369,00, equivalentes a R\$ 199.999.999,98;
 - Contrato com Scotiabank IV 4131 – Empréstimo contratado em 26 de fevereiro de 2021 no montante total de USD 22.140.221,40, equivalentes a R\$ 119.999.999,99;

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:



Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	2.397.271
2025	308.056
	2.705.327

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo e Financiamento - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	70.753	1,3%
CDI	5.424.317	98,7%
Total	5.495.070	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO (sindicato de repasse BNDES), BNP, HSBC, CREDIT AGRICOLE e SCOTIABANK.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findos em 31 de dezembro de 2022.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2022, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:



Dos contratos vigentes, apenas os Contratos de Repasse BNDES estabelecem covenants financeiros ($\text{Dívida Bancária Líquida} \div \text{EBITDA ajustado} \leq 3,5$; $\text{Dívida Bancária Líquida} \div (\text{Dívida Bancária Líquida} + \text{PL}) \leq 0$, os quais estão em cumprimento conforme demonstrado no item 2.1c deste formulário.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Em casos específicos, os contratos estabelecem obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia.

- Vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*):

Os principais contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2022
Scotiabank 4131 III	193.661
Scotiabank 4131 IV	116.089
BNDES (CAPEX 2012 - 2013)	3.445
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	313.195
Dívida Bruta Total (b)	5.495.070
(a)/(b)	6%

- Protesto de Títulos

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia. A Ampla monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.



g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2022	Desembolso Total	Garantias
Enel Brasil 58	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	180.880	-	05/01/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 59	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	76.599	-	23/12/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 60	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	30.233	-	26/12/2022	100%	100%	-
Enel Finance International N.V. IX	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.041.014	-	28/12/2022	100%	100%	-
Enel Brasil 61	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	14.107	-	28/12/2022	100%	100%	-

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, no respectivo período demonstrado, com o objetivo de financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia desembolsou R\$ 1.342.833 mil de recursos contratados junto a controladores diretos e indiretos, para financiar capital de giro e investimentos, bem como liquidar e refinanciar dívidas da Companhia.



h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas relativas ao Fluxo de Caixa da Companhia:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021	VARIAÇÃO	
			Δ \$	Δ %
Atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(92.387)	83.402	(175.789)	-211%
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	152.883	369.666	(216.783)	-59%
Perda de recebíveis de clientes	103.683	148.385	(44.702)	-30%
Depreciação e amortização	596.416	497.800	98.616	20%
Juros e variações monetárias	194.162	444.231	(250.069)	-56%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	733.613	(54.622)	788.235	-1443%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(82.908)	(31.883)	(51.025)	160%
Atualização do ativo financeiro da concessão	(261.498)	(459.053)	197.555	-43%
Valor residual de intangível e imobilizado	37.333	11.336	25.997	229%
Tributos e contribuições social diferidos	(96.937)	14.893	(111.830)	-751%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	139.893	103.863	36.030	35%
Obrigações com benefício pós-emprego	27.478	39.912	(12.434)	-31%
Redução (aumento) dos ativos:				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(483.005)	(726.289)	243.284	-33%
Créditos a receber - subvenção e outros	81.367	(72.586)	153.953	-212%
Ativo financeiro setorial	489.769	(374.978)	864.747	-231%
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	134.851	(227.957)	362.808	-159%
Outros tributos compensáveis	(97.812)	(3.184.175)	3.086.363	-97%
Depósitos vinculados	61.959	(4.350)	66.309	-1524%
Serviços em curso	(13.164)	(6.560)	(6.604)	101%
Outros créditos	(18.255)	(39.577)	21.322	-54%
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	(119.050)	273.147	(392.197)	-144%
Salários, provisões e encargos sociais	(7.784)	(11.073)	3.289	-30%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	169.742	(487)	170.229	-34955%
Outras obrigações fiscais	(207.478)	110.285	(317.763)	-288%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(11.384)	3.250.923	(3.262.307)	-100%
Passivo financeiro setorial	140.081	(389.484)	529.565	-136%
Encargos setoriais	16.215	33.248	(17.033)	-51%
Outras obrigações	(123.240)	84.321	(207.561)	-246%
	1.464.543	(117.662)		
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(88.705)	(150.099)	61.394	-41%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(170.229)	(150.014)	(20.215)	13%
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos dos juros capitalizados	(203.174)	(164.623)	(38.551)	23%
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	(348.393)	(15.103)	(333.290)	2207%
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(179.260)	(136.113)	(43.147)	32%
Pagamentos de juros de arrendamento	(7.555)	(2.672)	(4.883)	183%
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	467.227	(736.286)		
Atividades de investimentos:				
Adições para ativos contratuais e imobilizado	(1.479.429)	(1.132.486)	(346.943)	31%
Títulos e valores mobiliários	(12.264)	12.837	(25.101)	-196%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.491.693)	(1.119.649)		
Atividades de financiamentos:				
Aumento de capital	1.640.000	-	1.640.000	100%
Captação de empréstimos e financiamentos	1.342.834	3.744.100	(2.401.266)	-64%
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(1.000.000)	1.000.000	-100%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.994.491)	(1.574.154)	(420.337)	27%
Pagamentos de arrendamento (principal)	(14.476)	(14.513)	37	0%
Pagamento de dividendos	(29)	(24)	(5)	21%
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(122.200)	374.811	(497.011)	-133%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	851.638	1.530.220		
Variação no caixa líquido da Companhia	(172.828)	(325.715)	152.887	-47%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	240.971	566.686	(325.715)	-57%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	68.143	240.971		

- Redução nas linhas de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” e “Perda de recebíveis de clientes”: a redução no acumulado do exercício é justificada principalmente por ações realizadas pela Companhia visando redução da inadimplência.

- Aumento na linha de “Depreciação e amortização”: justificada pela depreciação e amortização registrada no ano.

- Redução na linha de “Juros e variações monetárias”: justificada principalmente pela atualização dos processos judiciais e encargos provisionados de contratos de empréstimos com partes relacionadas com 5 novos contratos de mútuos firmados durante o ano de 2022.



- Aumento na linha de “Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – juros e variação cambial” e “Marcação a mercado de dívida”: justificada pela variação cambial, tanto USD (5,5805 em dez/21 vs. 5,2177 em dez/22) quanto EUR (6,3210 em dez/21 vs. 5,5694 em dez/22), que faz com que diminua a ponta ativa e aumente o efeito líquido passivo do encargo do derivativo; e (ii) aumento expressivo do CDI ao longo de 2022 (dez/20 - 1,90% | dez/21 - 3,15% | dez/22 - 13,65%).

- Redução da linha de “Ativo financeiro setorial”: a redução na constituição de ativo regulatório entre períodos é reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor. Entre os principais impactos na variação podemos citar: (i) PIS/COFINS sobre ICMS, e que foi reclassificado como amortização para rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”, no montante total de -220 milhões; (ii) menor aquisição de energia, visto que no período houve maior ocorrência de chuvas ocasionando a diminuição na compra de energia proveniente das termelétricas. Dessa forma, o PLD torna-se baixo mediante menor custo devido ao risco hidrológico dos principais reservatórios apresentarem-se com estoques elevados. Com isso, as distribuidoras se resguardam de efeitos econômicos com o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais que tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos; e (iii) diminuição no diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema em função do menor despacho da geração fora da ordem de mérito no período, assunto também impactado pelas circunstâncias do atual cenário hidrológico.

- Redução na linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão”: é decorrente do reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da Companhia programada para março de 2023. O IPCA acumulado do ano de 2021 foi de 10,06 e 5,79 no ano de 2022.

- Aumento na linha de “Valor residual de intangível e imobilizado”: é referente as baixas não recorrentes ocorridas no exercício de 2022.

- Variação na linha de “Tributos e contribuições sociais diferidos”: decorrente principalmente sobre o diferido incidente sobre instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2022 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2021 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

- Variação na linha de “Provisões para processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelo aumento de quase 100% das atualizações/reversões dos processos cíveis.

- Variação na linha de “Obrigações com benefício pós-emprego”: se deve principalmente pela redução do custo dos juros líquidos.

- Variação na linha de “Contas a receber de clientes e outros recebíveis”: se deve principalmente pelo aumento das receitas não faturadas e parcelamento de débitos.

- Variação na linha de “Créditos a receber - subvenção e outros”: decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (Bônus - Redução Voluntária de consumo), ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.

- Variação na linha de “Imposto de renda e contribuições sociais”: se deve principalmente pelos itens temporariamente indedutíveis aumentaram a base de cálculo dos tributos em 2022 pois tiveram perfil de constituição em oposição a 2021 que ocorreram realizações/reversões a tal ponto que não ocorreu registro de tributo corrente.

- Variação na linha de “Outros tributos compensáveis”: se deve principalmente pela constituição de PIS/COFINS compensáveis a restituir aos consumidores em 2021.

- Variação na linha de “Depósitos vinculados”: se deve principalmente pelo maior volume de processos judiciais com depósito em garantia bem como a atualização SELIC incidente sobre estes depósitos.



- Variação na linha de “Fornecedores”: se deve principalmente pela redução de encargos de uso da rede.
- Variação na linha de “Outras obrigações fiscais”: é decorrente principalmente pelo pagamento da perda do processo relacionado a COFINS Noventena.
- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.
- Redução na linha de “Encargos setoriais”: decorrente da variação de Programa de Eficiência Energética - PEE (R\$ 8.247) e Pesquisa e desenvolvimento - P&D (R\$ 7.901).
- Variação na linha de “Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego”: decorrente principalmente pela redução significativa de pagamentos do Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido).
- Variação na linha de “Pagamento de imposto de renda e contribuição social”: decorrente dos impostos de renda e contribuições sociais correntes devidos pagos durante o ano.
- Variação na linha de “Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamento de juros de instrumento derivativo”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).
- Variação na linha de “Pagamento de processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelos pagamentos referentes a processos cíveis no montante de R\$ 138.176.
- Variação na linha de “Adições para ativo contratual e imobilizado”: pode ser explicada principalmente pelo aumento do saldo de ativo contratual representando um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria da rede que entraram em operação em produção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Variação na linha de “Títulos e valores mobiliários”: pode ser explicada principalmente pelo aumento das aplicações em fundos de investimentos não exclusivos.
- Variação na linha de “Aumento de capital”: pode ser explicada pelo aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2022.
- Variação na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos”: durante o exercício de 2022, foram feitas novas captações de dívidas com a controladora Enel Brasil (4 mútuos) e com a parte relacionada EFI (1 mútuo) para financiar investimentos e capital de giro.
- Variação na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) e Pagamentos de debêntures (principal)”: foram feitas amortizações das dívidas vincendas em 2022, bem como houve a liquidação integral através do pré-pagamento das debêntures da 10ª emissão que a Companhia possuía que tinham vencimento original previsto para 15 de março de 2024.
- Variação na linha de “Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)”: recebimento de notional de contratos de instrumentos financeiros derivativos com vencimento durante o exercício de 2022.



A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2022		Exercício findo em 31/12/2021		Var. % 2022 x 2021
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Operacional Bruta	12.291.231	100,00%	13.414.664	100,00%	-8,37%
Fornecimento de energia	8.594.978	69,93%	8.788.141	65,51%	-2,20%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-59.199	-0,48%	-30.602	-0,23%	93,45%
Subvenção Baixa Renda	87.557	0,71%	48.902	0,36%	79,05%
Subvenção de Recursos CDE	281.596	2,29%	234.905	1,75%	19,88%
Ativos e passivos financeiros setoriais	352.406	2,87%	1.413.225	10,53%	-75,06%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	1.043.002	8,49%	861.196	6,42%	21,11%
Receita de Construção	1.453.300	11,82%	1.104.417	8,23%	31,59%
Venda de energia excedente – MVE	124.322	1,01%	406.460	3,03%	-69,41%
Marcação a mercado de ativo indenizável	261.498	2,13%	459.053	3,42%	-43,04%
Outras Receitas	151.771	1,23%	128.967	0,96%	17,68%
Deduções da Receita	-4.558.510	-37,09%	-4.941.146	-36,83%	-7,74%
ICMS	-2.276.746	-18,52%	-2.538.728	-18,93%	-10,32%
PIS	-129.420	-1,05%	-165.836	-1,24%	-21,96%
COFINS	-596.116	-4,85%	-763.850	-5,69%	-21,96%
ISS	-4.984	-0,04%	-4.879	-0,04%	2,15%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-1.142.027	-9,29%	-804.888	-6,00%	41,89%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-59.704	-0,49%	-68.461	-0,51%	-12,79%
Encargos do consumidor CCRBT	-339.846	-2,76%	-585.649	-4,37%	-41,97%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-9.667	-0,08%	-8.855	-0,07%	9,17%
Receita Operacional Líquida	7.732.721	62,91%	8.473.518	63,17%	-8,74%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-6.965.424	-56,67%	-7.949.779	-59,26%	-12,38%
Custos e despesas não gerenciáveis	-3.701.089	-30,11%	-4.947.380	-36,88%	-25,19%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.661.267	-21,65%	-3.664.274	-27,32%	-27,37%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-747.486	-6,08%	-685.126	-5,11%	9,10%
Encargos dos serviços dos sistemas	-292.336	-2,38%	-597.980	-4,46%	-51,11%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.264.335	-26,56%	-3.002.399	-22,38%	8,72%
Pessoal	-155.669	-1,27%	-155.883	-1,16%	-0,14%
Material e Serviços de Terceiros	-605.645	-4,93%	-583.496	-4,35%	3,80%
Depreciação e Amortização	-560.863	-4,56%	-465.715	-3,47%	20,43%
Prov. Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-152.883	-1,24%	-369.666	-2,76%	-58,64%
Custo de Construção	-1.453.300	-11,82%	-1.104.417	-8,23%	31,59%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-114.268	-0,93%	-90.249	-0,67%	26,61%



Perda de recebíveis de clientes	-103.683	-0,84%	-148.385	-1,11%	-30,13%
Receita de multas por impontualidade de clientes	90.982	0,74%	56.261	0,42%	61,71%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-209.006	-1,70%	-140.849	-1,05%	48,39%
EBITDA	1.328.160	10,81%	989.454	7,38%	34,23%
Resultado do Serviço	767.297	6,24%	523.739	3,90%	46,50%
Resultado Financeiro	-863.669	-7,03%	-425.932	-3,18%	102,77%
Receita Financeira	188.574	1,53%	111.530	0,83%	69,08%
Renda de aplicação financeira	23.321	0,19%	12.730	0,09%	83,20%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	53.547	0,44%	45.082	0,34%	18,78%
Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap	10.214	0,08%	9.199	0,07%	11,03%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	82.908	0,67%	31.883	0,24%	160,04%
Juros fundo de pensão	1.772	0,01%	-	-	-
Outras receitas financeiras	31.859	0,26%	17.689	0,13%	80,11%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-15.047	-0,12%	-5.053	-0,04%	197,78%
Despesas financeiras	-1.054.452	-8,58%	-528.783	-3,94%	99,41%
Dívida – marcação a mercado	-36.666	-0,30%	-2.158	-0,02%	1599,07%
Encargo de dívidas e mútuos	-367.431	-2,99%	-194.301	-1,45%	89,10%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-135.977	-1,11%	-81.470	-0,61%	66,90%
Encargo de fundo de pensão	-26.818	-0,22%	-38.922	-0,29%	-31,10%
Juros debêntures	-	-	-46.174	-0,34%	-100,00%
Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap	-390.937	-3,18%	-66.505	-0,50%	487,83%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-44.028	-0,36%	-46.201	-0,34%	-4,70%
Outras despesas financeiras	-52.595	-0,43%	-53.052	-0,40%	-0,86%
Variações Cambiais	2.209	0,02%	-8.679	-0,06%	-125,45%
Variações Cambiais – Empréstimos	352.864	2,87%	-115.460	-0,86%	-405,62%
Variações Cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge	-352.890	-2,87%	111.929	0,83%	-415,28%
Outras variações cambiais	2.235	0,02%	-5.148	-0,04%	-143,41%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	-96.372	-0,78%	97.807	0,73%	-198,53%
Tributos e Outros	3.985	0,03%	-14.406	-0,11%	-127,66%
Lucro Líquido do Período	-92.387	-0,75%	83.401	0,62%	-210,77%

Resultados 2022 x 2021



A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 13,0% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2021, explicado pelo crescimento de 13,0% e 24,8% no mercado cativo e no mercado livre, respectivamente. No mercado cativo, os clientes residenciais – convencionais registraram aumento de 8,1% enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento significativo de 77,9% no trimestre, reflexo da entrada de novos clientes e recuperação de consumidores irregulares. Além deste efeito, para a classe baixa renda houve também o impacto da migração de clientes devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Já os clientes livres apresentaram crescimento de 24,8% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo

A venda de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2022 em 11.300 GWh, representando um aumento de 1,1% em comparação a 2021.

O consumo do mercado cativo em 2022 apresentou uma redução de 4,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Os principais destaques foram o aumento do consumo da classe residencial baixa renda refletindo o maior número de consumidores nessa categoria e a redução das demais classes, relacionado às temperaturas mais baixas registradas ao longo do ano, além da deterioração do poder de consumo dos clientes em comparação ao ano passado.

Em 2022 o consumo no mercado livre registrou um aumento de 16,9% versus o mesmo período no ano anterior, em razão principalmente de uma adequação no procedimento de faturamento no 1T21, que passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Receita Operacional Líquida

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 8,7%, ou R\$ 1,1 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 7,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia em 2022 alcançou o montante de R\$ 6,3 bilhões, uma redução de R\$ 1,1 bilhão em relação a 2021, cujo montante foi de R\$ 7,4 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução da rubrica de fornecimento de energia para o mercado cativo em R\$ 197,5 milhões refletindo os mesmos efeitos citados acima, que impactaram o trimestre;
- Redução de R\$ 1,1 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução de R\$ 282,1 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente (MVE) em relação a 2021, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Redução na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 507,4 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma menor inflação no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para março de 2023.

Deduções da Receita

Em 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 4,6 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em 2021, representando uma redução de 7,7% ou R\$ 382,6 milhões, resultado, sobretudo da:

- Redução do montante pago de ICMS e COFINS em R\$ 262,0 milhões e R\$ 167,7 milhões respectivamente na parte tributos e;
- Aumento de R\$ 337,1 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020 parcialmente compensado pela redução de R\$ 245,8 milhões na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias, na parte de encargos setoriais.



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 12,4% (R\$ 984,2 milhões) em relação a 2021. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 5,5 bilhões em 2022, o que representa uma redução de 19,5% (R\$ 1,3 bilhão) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e despesas não gerenciáveis (redução de R\$ 1,2 bilhões): totalizaram R\$ 3,7 bilhões, 25,2% inferior em comparação ao valor registrado em 2021.

Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 1,0 bilhão) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 262,1 milhões): excluindo o efeito de custo de construção, somaram R\$ 1,8 bilhão, R\$ 86,8 milhões maior em comparação ao valor registrado em 2021. Esta variação é resultado, principalmente:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 216,8 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano, em particular no terceiro trimestre;
- Parcialmente compensada por um aumento de R\$ 24,0 milhões em Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas motivado pelo aumento no número de processos durante o período em questão e aumento na linha de Materiais e Serviços de Terceiros no valor de R\$ 22,1 milhões devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes ao longo de 2022.

Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa líquida de R\$ 863,7 milhões, representando um aumento de R\$ 437,7 milhões em relação a 2021.

A variação observada explica-se pelo aumento líquido de R\$ 481,3 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, juros debêntures e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI no período em 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

Lucro/Prejuízo Líquido do Período

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 92,4 milhões em 2022, o que representa uma redução de R\$ 175,9 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da maior despesa financeira em 2022 em relação ao ano anterior.

2.2. Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Companhia). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade



econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica (Mercado Cativo) atingiu um montante de R\$ 8.904,9 milhões, resultado da menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e da queda no consumo de energia desta classe no período em questão (7.735 GWh em 2022 vs 8.084 GWh em 2021, ou -4,3%).

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica:** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 15 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2022. A ANEEL aprovou um reajuste de +11,98% composto por (i) reajuste econômico de +11,02%, sendo +7,56% de Parcela A, +3,46% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +0,96%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +4,89%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +16,86%.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das



características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

b) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil



elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.328.160

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	(92.387)
(+) Resultado financeiro	863.669
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	92.952
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.937
(+) Depreciação e amortização	560.863
(=) EBITDA	1.328.160

c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações EBITDA

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS,



emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

1) Mútuo Enel Finance International N.V.

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou, em 3 de janeiro de 2023, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de R\$ 262.103. O mútuo possui uma taxa fixa de 5,7647% a.a. com vencimento em 03 de janeiro de 2025.

Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratada simultaneamente uma operação de swap junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 2,16% a.a.

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de Juros	Desembolsado	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V. X (c/ Swap)	262.103	03/01/2023	03/01/2025	5,76%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

2) Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A., o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de destinação de 5% do lucro do exercício para constituição de reserva legal até atingir 20% do capital social e o lucro remanescente será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito. Adicionalmente, nos termos do art. 27, §2º do estatuto social e do art. 202, §4º da Lei das S.A., a distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício em que a administração da Companhia informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal dar seu parecer a respeito.



a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$92.388.048,67 (noventa e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não Aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo no montante de R\$92.388.048,67 (noventa e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e, portanto, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	O pagamento de dividendos da Companhia ocorre anualmente. No entanto, nos termos do artigo 27, §6º, do estatuto social da Companhia, a Companhia poderia, a seu critério, distribuir dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral.



d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	De acordo com os contratos financeiros celebrados pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide os itens 2.1(f)(iv) deste Formulário de Referência. O 6º Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, celebrado em 14/03/2017 entre a Companhia e a União, também estipula a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido pelos montantes destinados à reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404, de 1976) e à reserva para contingências (art. 195 da Lei das S.A.) e reversão desta última reserva formada em exercícios anteriores, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados e observáveis a partir das demonstrações contábeis regulatórias do ano civil subsequentes entregues à ANEEL.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
 - iii. contratos de construção não terminada*
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.



b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam à melhoria de qualidade do sistema e atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2022, os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 544,3 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2023 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
Novas Conexões	544.298
Rede	466.364
Combate às Perdas	149.728
Qualidade do Sistema Elétrico	251.248
Adequação à carga	65.388
Outros	435.192
Total Investido	1.445.854



Aportes / Subsídios	-
Investimento Líquido	1.445.854

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Constituem o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente, incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

A Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;



iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2022 a Enel Distribuição Rio realizou 59 projetos que beneficiaram mais de 440 mil pessoas, com um investimento de R\$ 50 milhões. Também foram gerados R\$ 7,3 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2022, esses investimentos ambientais somaram R\$ 23,0 milhões.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro Líquido

Tendo em vista que a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2022 um prejuízo de R\$ 93.388.045,51 (noventa e três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), não se aplica o preenchimento de alguns itens conforme abaixo especificados.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2022	R\$	-
---------------------------------	-----	---

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2022 R\$	2021 R\$	2020 R\$
Montante Global	-	19.807.951,87	11.673.502,53
Valor por Ação	-	0,08246101	0,07005461

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	-
--	---

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos	-

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.



6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucrosapurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2022 (R\$)	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Lucro Líquido	-	83.401.902,59	48.923.613,26
Lucro Líquido por Ação	-	0,34720424	0,29359865
Lucro Líquido por Ação Ordinária	-	0,34720424	0,29359865

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2022 (R\$)	2021 (R\$)	2020 (R\$)
Dividendos	-	19.807.951,87	11.673.502,53
Proventos totais por ação ordinária	-	0,08246101	0,08246101

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 26 do Estatuto Social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 26 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.



c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

b. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.



c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 26 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 100% (cem por cento) do valor do capital subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O prejuízo de R\$ 93.388.045,51 (noventa e três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi absorvido por parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro constituída em períodos anteriores.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável visto que a Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais



a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.



Anexo III – Item 8 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 13 da instrução CVM nº 81/2022 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 8 do formulário de referência da companhia

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia nota que, embora não possua uma política de remuneração formalmente aprovada, adota práticas de remuneração em linha com o previsto na legislação aplicável e orientações gerais do grupo Enel. Adicionalmente, as práticas de remuneração são estipuladas considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

As práticas de remuneração se aplicam aos Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Membros do Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Companhia.

Em linha com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação da remuneração global e individual da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração é de competência da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo, que visam atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração individual, seja ela variável ou fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disso, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

As pesquisas são realizadas por consultorias certificadas e reconhecidas. A coordenação do processo de análise e aplicação dos resultados práticos internamente é realizada pela área de pessoas e organização.



iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base em suas contribuições na realização de seus serviços para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Vale notar que para o ano de 2020 a remuneração era paga de acordo com a participação em reuniões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo (pago anualmente) e bônus de longo prazo (pagamento em 3 anos), com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece a seus diretores estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa:

Salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, cuja fixação, pela Assembleia Geral leva em consideração o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Variável:

A remuneração variável dos diretores não estatutários consiste no pagamento de bônus de curto prazo pago anualmente com base em metas corporativas e individuais, e tem por objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os diretores não estatutários, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus Diretores, e reconhecer seu desempenho ao longo do ano.

Benefícios:

A Companhia oferece a seus diretores não estatutários benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) *check-up* médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança, com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.



Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será realizada em linha com o previsto na legislação aplicável.

Comitês

A Companhia não possui comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados. Quando instalados, caberá ao Conselho de Administração definir a composição da remuneração dos órgãos.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Para a Diretoria Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Remuneração fixa	69%	58%	54%
Remuneração variável	29%	36%	39%
Benefícios	2%	6%	7%
Outros	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%

Para a Diretoria Não Estatutária da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Diretoria Não Estatutária	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Remuneração fixa	76%	78%	84%
Remuneração variável	3%	19%	10%
Benefícios	21%	3%	6%
Total	100%	100%	100%

Para os membros do Conselho de Administração que fazem retirada mensal a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

Conselho de Administração	Exercício social encerrado 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Remuneração Fixa	0%	0%	100%
Salário Base	100%	100%	0%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%



A Companhia não possui comitês instalados ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Para a Diretoria Estatutária, Não Estatutária e Conselhos de Administração e Fiscal, a metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração é proposta pela Diretoria de Pessoas e Organização seguindo práticas do acionista controlador, considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo e submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Adicionalmente a Companhia realiza periodicamente pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores referências de mercado disponíveis e para manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo. Estas pesquisas consideram amostra de empresas de porte semelhante ao da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária é baseada em indicadores de desempenho de cunho econômico-financeiro relacionados à lucratividade do negócio da Companhia, medido por exemplo através do EBIT (lucro antes de juros e imposto de renda) e lucro líquido; geração de caixa, através do fluxo de caixa operacional (FFO) e o nível de despesas operacionais (OPEX), entre outros.

Ademais, na definição da remuneração variável das Diretorias Estatutária e Não Estatutária, também são considerados aspectos relacionados à métricas ASG, tais como indicadores relacionados à segurança do trabalho, que abrange tópicos como frequência de acidentes de trabalho e ocorrências de fatalidades, em conformidade com indicadores incluídos no framework do GRI (*Global Reporting Initiative*).

A Companhia nota que, indicadores referentes a projetos específicos relacionados às áreas de atuação dos Diretores Estatutários também podem vir a compor a respectiva remuneração variável. Tais indicadores compõem o MBO (*Management by Objectives*) da Companhia. De acordo com o conceito deste programa, cada indicador de desempenho possui uma meta específica, onde existe um percentual mínimo de atingimento.

As metas individuais são definidas a nível global e desdobradas para os membros das Diretorias Estatutária e Não Estatutária. Os indicadores de desempenho são verificados através do acompanhamento de assuntos correlatos, no mínimo bimestralmente, quando ocorre a Reunião do Conselho de Administração com a participação da Diretoria Estatutária. A avaliação de atingimento é realizada anualmente pela *holding* do Grupo Enel.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os elementos que compõem a remuneração levam em conta as práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador, a fim de garantir maior atratividade e retenção de renomados administradores para a Companhia.

A partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia renunciaram integralmente ao recebimento de remuneração relativa ao exercício de suas funções na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da Diretoria da Companhia possui remuneração (fixa e variável) suportada pelo acionista controlador.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor



Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício a ser encerrado em 31.12.2023 (Prevista)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	10	-	17
Número de membros remunerados	1	10	-	11
Remuneração Fixa Anual			-	
Salário Base	59.760,00	7.014.712,37	-	7.074.472,37
Benefícios Diretos e Indiretos	0	1.280.303,38	-	1.280.303,38
Remuneração por Comitês	0	0	-	0
Outros	0	1.542.667,45	-	1.542.667,45
Remuneração Variável Anual			-	
Bônus	0	6.365.811,31	-	6.365.811,31
Participação em Resultados	0	0	-	0
Remuneração por participação em Reuniões	0	0	-	0
Comissões	0	0	-	0
Outros	0	0	-	0
Benefícios pós-emprego	0	0	-	0
Benefícios cessação do exercício do cargo	0	0	-	0
Remuneração baseada em ações	0	0	-	0
Total	59.760,00	16.203.494,51	-	16.263.254,51
Observações: O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.				



Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	10,00	0,00	17,00
Número de membros remunerados	1,00	2,00	0,00	3,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base	52.000,00	1.431.710,89	0,00	1.483.710,89
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	65.436,84	0,00	65.436,84
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	401.586,83	0,00	401.586,83
Remuneração Variável Anual				
Bônus	0,00	758.998,27	0,00	758.998,27
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52.000,00	2.657.732,83	0,00	2.709.732,83



Observações: O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício encerrado em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Número de membros remunerados	1,00	3,00	0,00	4,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base	43.733,71	1.686.660,03	0,00	1.730.393,74
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	189.213,34	0,00	189.213,34
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	242.258,97	0,00	242.258,97
Remuneração Variável Anual				
Bônus	0,00	1.222.448,22	0,00	1.222.448,22
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios	0,00	430.337,66	0,00	430.337,66



cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	43.733,71	3.770.918,22	0,00	3.814.651,93
Observações: O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.				

Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal				
Exercício encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	9,00	0,00	14,00
Número de membros remunerados	1,00	3,00	0,00	4,00
Remuneração Fixa Anual				
Salário Base		2.676.046,01	0,00	2.676.046,01
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00	413.334,52	0,00	413.334,52
Remuneração por Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	353.770,66	0,00	353.770,66
Remuneração Variável Anual				
Bônus	0,00	2.231.178,99	0,00	2.231.178,99
Participação em Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Reuniões	47.827,19	0,00	0,00	47.827,19
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00



Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	47.827,19	5.674.330,18	0,00	5.722.157,37
Observações: O número de membros total corresponde à média anual do número de membros, apurado mensalmente, com duas casas decimais.				

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (31.12.2023)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	10,00	0	17,00
N.º total de membros remunerados	-	10,00	0	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.365.811,31	0,00	6.365.811,31
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	6.365.811,31	0,00	6.365.811,31
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0



Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	10,00	0,00	17
N.º total de membros remunerados	-	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	910.797,93	0,00	910.797,93
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	645.148,53	0,00	645.148,53
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	758.998,27	0,00	758.998,27
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
N.º total de membros remunerados	-	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.624.688,76	0,00	1.624.688,76



Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	1.353.907,30	0,00	1.353.907,30
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	1.222.448,22	0,00	1.222.448,22
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31.12.2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	5,00	9,00	0,00	14,00
N.º total de membros remunerados	-	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.482.338,90	0,00	2.482.338,90
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.068.615,15	0,00	2.068.615,15
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	2.231.178,99	0,00	2.231.178,99
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00



Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía no último exercício social e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações no último exercício social.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar



tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos últimos 3 (três) exercícios sociais e, atualmente, não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	31 de dezembro de 2022	
	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária
De Emissão da Própria Companhia	0	0
Ações Ordinárias	14	0
Ações Preferenciais Classe A	0	0
Ações Preferenciais Classe B	0	0
Controladores Diretos ou Indiretos	0	0
Enel Brasil S/A	0	0
Sociedades Controladas	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Exercício social findo em 31.12.2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	0,00	10,00
N.º de membros remunerados	0,00	6,00
Nome do plano	N/A	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável



Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 385.663,52
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 20.958,43
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	10,00	8,00	9,00	7,00	7,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00



Valor da maior remuneração (Reais)	1.412.353,41	1.569.388,73	2.503.766,81	52.000,00	43.733,71	47.827,19	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.245.379,42	1.084.327,61	26.383,52	52.000,00	43.733,71	47.827,19	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.328.866,42	1.256.972,74	1.256.972,74	52.000,00	43.733,71	47.827,19	0,00	0,00	0,00

Observação:

2022

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2021

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

2020

Diretoria Estatutária: A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado [considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado dos exercícios com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da



remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

Conselho de Administração: A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício com exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração e/ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício corrente
Diretoria Estatutária	56%	58%	47%	47%
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum pagamento aos administradores decorrentes de serviços prestados que divergem das funções por eles ocupadas.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todos os valores foram percebidos em razão do exercício dos respectivos cargos na administração, conforme o caso, dos respectivos controladores diretos e indiretos ou sociedades sob controle comum com a Companhia.

Conselho de Administração				
	2020	2021	2022	Prevista para 2023



Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	2.604.459,38	2.401.726,68	1.080.070,78	1.080.070,78
Fixa	1.948.631,03	1.037.075,95	1.080.070,78	1.080.070,78
Variável	655.828,35	1.364.650,73	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

Diretoria Estatutária				
	2020	2021	2022	Prevista para 2023
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	4.467.502,15	5.437.089,17	8.446.918,77	8.446.918,77
Fixa	2.385.429,13	3.050.305,29	5.743.214,44	5.743.214,44
Variável	2.082.073,02	2.386.783,88	2.703.704,33	2.703.704,33
Sociedades sob Controle Comum	2.434.691,13	4.154.957,99	3.909.470,84	3.909.470,84
Fixa	1.300.006,79	2.735.173,16	2.784.851,28	2.784.851,28
Variável	1.134.684,34	1.419.784,83	1.124.619,56	1.124.619,56
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

Conselho Fiscal				
	2020	2021	2022	Prevista para 2023
Remuneração (R\$):				
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Fixa	-	-	-	-
Variável	-	-	-	-

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante relacionada à esta seção 8.



Anexo IV – Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Companhia aberta

CNPJ N.º 33.050.071/0001-58 NIRE N.º 3330005494-4

O Conselho de Administração da **Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”)** submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 26/04/2023, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 12 da Res. CVM 81 de 2022, a Administração apresenta o estatuto social atual, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES	Sem alteração.
ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$4.138.230.386,65 (quatro bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 240.209.921 (duzentas e quarenta milhões, duzentas e nove mil, novecentas e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. PARÁGRAFO 1º. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, no valor máximo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76.	ART. 5º. O Capital Social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$4.138.230.386,65 (quatro bilhões, cento e trinta e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 240.209.921 (duzentas e quarenta milhões, duzentas e nove mil, novecentas e vinte e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. PARÁGRAFO 1º. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$9.500.000.000,00 (nove bilhões e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76.	Alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista que o capital social se encontra totalmente integralizado e não mais parcialmente integralizado. Além disso, aumentar o valor limite do capital autorizado, previsto no parágrafo primeiro, para adequação às necessidades orçamentárias da Companhia.